

DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: estratégias governamentais

Por Antonio Joaquim da Silva,* Maria do Socorro Lira Monteiro** e Eriosvaldo Barbosa Lima***

Resumo: a temática sobre a modernização da agricultura brasileira tem despertado polêmica quanto ao papel estatal em contemplar o setor agroindustrial. Nesse sentido, este artigo pretende refletir sobre a participação do Governo Federal na origem e na consolidação do agronegócio no País. Considerou-se, para efeito de discussão, o método de análise de conteúdo. Após a análise, conclui-se que as benesses governamentais, sobretudo, por meio de subsídios rurais, infraestrutura, disponibilidade de terra, assistência técnica, abertura comercial e intervenções cambiais configuram-se como condição sine qua non para a expansão do agronegócio, o que tem repercutido na hegemonia em favor das multinacionais do capital agrário e subordinação da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agronegócio. Commodities agrícolas. Modernização conservadora.

Abstract: The subject about Brazilian agriculture modernization has aroused controversy regarding the State role in contemplating the agroindustrial sector. In this sense, this paper reflects on the participation of the Federal Government at the source and in the consolidation of agribusiness in the country. For the purpose of discussion, it was considered the content analysis method. After analysis, it was concluded that the Government favours, especially through rural subsidies, infrastructure, availability of land, technical assistance, trade liberalization and currency interventions, configures itself as a sine qua non the agricultural capital and multinationals subordination of family agriculture.

Keywords: Agribusiness. Agricultural Commodities. Conservative modernization.

1 Introdução

Registra-se que, no atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, o agronegócio se apresenta como agente responsável por intensas transformações no espaço agrário, por designar os setores de serviços e de fornecimento de entrada na agricultura (indústria de bens de capital), uma vez que valoriza a organização da economia agrícola através da integração e coordenação da gestão dos negócios, passando a incluir as finanças, o *marketing* e as novas tecnologias. Nessa perspectiva, Boland e Akridge (2004) ressaltam que cada vez mais o termo agronegócio passou a visar a disputa por melhores preços e a conquista de nichos de mercados para suas mercadorias.

Sob essas condições, Wanderley (1996) salienta que o deslocamento das políticas do eixo da propriedade da terra para o eixo da produtividade da terra implicou em mudanças profundas no modo de organizar a agricultura, que se encerram no nível do seu formato técnico e de suas relações sociais, haja vista subordinar-se à dinâmica gestada a partir da grande propriedade rural, isto é, a uma economia de escala.

Dessa forma, o agronegócio se apresenta como elemento seletivo, diferenciador e subordinador de processos, sujeitos e setores, uma vez que incorpora uma identidade política em consonância com as suas necessidades, transações e lógicas de desenvolvimento (BRUNO, 2009).

Logo, com a finalidade de avaliar a origem e consolidação do agronegócio no Brasil, utilizou-se, neste artigo, o método de análise de conteúdo, por meio de pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos científicos. Para tanto, o trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A próxima versa sobre as posições teóricas e conceituais do agronegócio, destacando a construção histórica do termo; a terceira seção trata do contexto político/econômico que viabilizou sua implantação e difusão; e a última apresenta as conclusões sobre a discussão.

2 Agronegócio: conceituações e gênese epistemológica

Zylbersztajn (1995) constatou que o conceito de agronegócio inclui estágios sucessivos dos fluxos de *commodities* agrícolas (bens que apresentam um

determinado padrão para o mercado, que não sofrem processos de manipulação ou que são pouco alterados) e agroindustrializados, influências governamentais, mercados futuros e associações comerciais, que atuariam no sentido de coordenar as flutuações dos preços e verticalizar a produção, visto que se estabelecem relações de dependência entre indústrias a montante (D_1), que produzem bens de capital e insumos básicos para o campo, estabelecimentos rurais, indústrias a jusante que processam alimentos, logística e o mercado consumidor. Nesse sentido, o autor enfatiza que a construção da ideia de agronegócio possui ampla aplicação, que vai desde o desenho de políticas públicas até arquitetura de organizações e elaboração de estratégias corporativas. Logo, explicita o papel do Estado, das firmas, das cooperativas, das associações, do aparato¹ tecnológico, dos mercados, ou seja, da eficiência institucional como requisito indispensável para a dinâmica do agronegócio.

Salienta-se que a origem da palavra agronegócio deriva de *agribusiness*, expressão surgida nos Estados Unidos da América, na década de 1950, quando os professores John Davis e Ray Goldberg, da *Harvard Business School*, identificaram a relação de interdependência entre os três setores da economia. Para tanto, através da análise de matriz insumo/produto derivada da teoria neoclássica da produção de Wassily Leontief, que possibilita computar o fluxo de entrada que deve ocorrer para se obter determinado fluxo de saída entre insumo e produto, organizaram aqueles setores segundo um sistema agroindustrial. Por isso, definiram agronegócio como a soma de todas as operações de processamento e distribuição de insumos agropecuários, as atividades de cultivo e colheita nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o beneficiamento e a distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (SILVA, 1998).

Esse panorama evidencia que o agronegócio engloba atividades como lavouras, pecuária, extração vegetal, fornecimento de insumos, processo agroindustrial e todas as áreas que dão suporte ao fluxo de produtos até o consumidor final. Nesse sentido, para o Ministério da Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2002) o valor agregado do agronegócio envolve cinco mercados distintos: suprimento, produção, processamento, armazenamento e distribuição, além do consumo final.

Por outro lado, Silva (1998, p. 66-67) esclarece que, em função da interdependência das conexões setoriais existentes, isto é, das necessidades e interesses de cada componente do sistema, a produção agrícola se coloca como parte de um diversificado conjunto setorial macroeconômico da agricultura industrializada, como consequência de sua relação “com o mundo dos grandes negócios.” Destarte, o autor ressalta que o conceito de *agribusiness* “nada mais é do que um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca.” Dessa maneira, ele entende que o agronegócio se caracteriza essencialmente por critérios operacionais para a organização produtiva dos segmentos que o formam, desconsiderando, portanto, as questões sociais e ambientais na composição do mesmo.

Na década de 1970, a temática sobre *agribusiness* recebeu atenção especial nos estudos do francês Louis Malassis (apud ZYLBERSZTAJN, 1995), assentados em quatro setores: empresas, agropecuária, indústrias processadoras e distribuidores de alimentos, que empregou a expressão *filière* ou cadeia para instituir a terminologia Setor Agroalimentar; sendo que o primeiro fornece à agricultura serviços e meios de produção, denominados de indústrias a montante; o segundo responde pelas atividades rurais propriamente ditas; o terceiro se relaciona ao setor de beneficiamento de matérias-primas ou indústrias a jusante; e o quarto refere-se à comercialização dos alimentos processados. Desse conjunto, Malassis agregou os três primeiros para representar a agroindústria ou complexo de produção agroalimentar. Depois reuniu as atividades ligadas ao comércio e aos serviços para estabelecer a distribuição, desse modo distinguiu as funções desses dois subsectores dentro da cadeia.

Não obstante o aporte estratégico nos dois modelos analisados, Zylbersztajn (1995) salienta que na perspectiva americana predomina o papel das corporações, e na visão francesa as ações governamentais. Nessa apreensão, o autor expõe a dinâmica das correlações para caracterizar Sistemas Agroalimentares (SAGs), por caracterizar a industrialização de alimentos, de bebidas, de papel e celulose, de couros, de borracha etc. Desse modo, ele explica que os SAGs se calcam no tripé estrutura/condução/desempenho da organização industrial, onde um único produto se torna representativo dentro do conjunto, por exemplo: o SAG do café, da carne, do suco de laranja, da soja etc.

Ademais, o citado autor destaca também as contribuições dos estudos de caso sobre *Commodity Systems Approach* ou Sistemas Agroindustriais desenvolvidos na *Harvard Business School* para a evolução da função do *agribusiness* em termos de lucratividade, estabilidade de preços, estratégia das corporações e adaptabilidade dos produtos para o mercado consumidor.

Assim, ao perceber a influência dos custos na governança do sistema, Zylbersztajn (1995) apresentou a proposição de um modelo analítico para o bom desempenho do agronegócio. Para tanto, tomou como exemplo o SAG do café para caracterizar as transações (T_1 , T_2 , T_3 e T_4) existentes entre os segmentos que constituem o SAG, acrescentando a importância dos ambientes institucional (através de políticas de comando e controle) e organizacional (sindicatos, associações, organizações públicas e privadas) como instrumentos de inovação na sua estrutura. A Figura 1 resume a conformação apresentada.

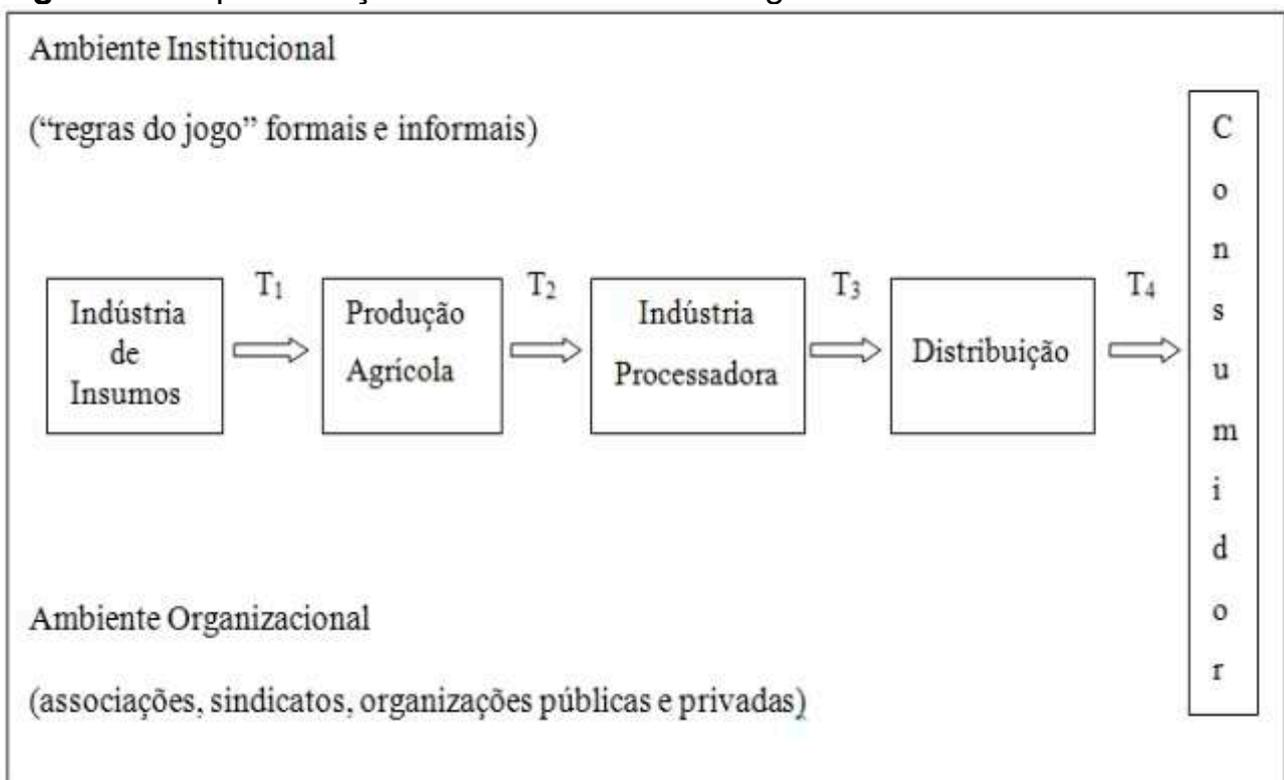
Verifica-se na Figura 1 que o exame das transações permite identificar quais arranjos organizacionais existentes determinam os fluxos no

Sistema, enquanto a abordagem nos setores possibilita uma análise das características de cada indústria ou atividade, com variáveis de competição, desempenho das empresas etc.; e, ao mesmo tempo, evidencia o impacto institucional, tanto formal (leis, normas, regulamentações, acordos etc.) como informal (aspectos culturais, códigos de conduta, etc.), para a definição das “regras do jogo”. Dentro do ambiente organizacional, assinala os interesses de ação coletiva, por meio de representações sociais, como mecanismos influentes à performance do agronegócio.

Nesses trâmites, preconiza-se que a integração entre as etapas do ciclo de vida de um bem (produção, processamento, distribuição e consumo final) e arranjos econômicos, políticos e sociais qualificam a representação do agronegócio. Registra-se, ainda, que essa configuração se apoia no processo de globalização da economia, em que arranjos de coordenação e gestão de negócios se destacam na governança daquele.

Por outro lado, Silva (1998) acentua que esse panorama manifesta que as preocupações marxistas sobre o papel das firmas internacionais

Figura 1 - Representação analítica do sistema agroalimentar



Fonte: Zylbersztajn (1995).

nas concepções de *agribusiness* e *filière* se incorporaram às transformações dos padrões de consumo no mundo, que depois da Segunda Guerra Mundial adquiriu *status* fordista. Sendo assim, o autor realça as reflexões da constituição dos complexos internacionais de *commodities* de origem agrícola, como o complexo internacional milho/soja/carne e o complexo dos óleos vegetais.

Embasado nessa contextualização, compreende-se agronegócio como um complexo sistema de produção, comercialização e distribuição das *commodities* agrícolas e agroindustriais, integrado verticalmente, cujo comando é orientado pelo mercado e dominado pelas grandes multinacionais do setor; outrossim, que essa conformação interfere nos processos de organização ou desorganização espacial dos territórios, haja vista ter por natureza a reprodução do capital. Portanto, destaca-se o imperativo de uma abordagem que entende o agronegócio como um projeto sociopolítico formulado pelos interesses do Estado e de grupos hegemônicos do capitalismo agrário, comandado pelo mercado financeiro internacional. Logo, faz-se possível analisar o contexto de instalação e difusão do agronegócio no Brasil, particularmente a participação estatal nesse processo.

3 Papel do Governo Brasileiro para a Difusão do Agronegócio

A introdução do agronegócio no Brasil data das mudanças nos padrões de reprodução do capitalismo na agricultura, ocorridas a partir de meados do século XX, quando as metas instituídas pelo Governo Federal, visando modernizá-la, foram determinantes para o desenvolvimento industrial.

Conforme Cano (1998), os pressupostos causadores da fecundação e da maturação do agronegócio se transubstanciaram na internalização da indústria de insumos modernos, de máquinas e de equipamentos que, conseqüentemente, disseminaram a decomposição do complexo rural, que se caracterizava pela dependência das flutuações do mercado externo e pelo uso de tecnologia agrícola bastante rudimentar em praticamente todas as regiões, exceto Sudeste e Sul.

Em virtude desse quadro, Silva (1998) concebu agronegócio como uma orquestração de interesses pelo Estado, por meio de políticas públicas e por instituições e organizações privadas ou não. Destarte, ele reconheceu que a partir da década de 1960 a constituição dos Complexos Agroindustriais

(CAIs) no Brasil passaram a ser moeda corrente no vocabulário técnico e intelectual, por transformar o padrão técnico da produção agropecuária, ao substituir a lógica da produção tradicional, também conhecida de complexo rural, para outra alicerçada *stricto sensu* em tecnologias modernas, manifestadas pela internalização da indústria de base para agricultura, assegurando a oferta de matérias-primas estratégicas (defensivos, fertilizantes, tratores, sementes etc.) e a expansão das agroindústrias processadoras.

Fearnside (2001) relata que tal situação exigiu a expansão do mercado interno, decorrente da intensificação da urbanização e da substituição das importações de bens de capital e dos fundos de investimentos do Estado, evidenciando que esses arranjos desencadearam a modernização tecnológica do setor agropecuário, cujo caráter produtivista, desigual e concentrado foi substancialmente prejudicial para as relações sociais de trabalho e para a manutenção dos estoques de biodiversidade.

Para Silva (1998), o conceito de modernização da agricultura encerra ampla conotação, ora se referindo apenas às transformações na base técnica da produção, ora às modificações capitalistas em todo o processo produtivo.

Na primeira situação, qualifica-se como o estabelecimento rural que utiliza de modo intensivo equipamentos e técnicas, como máquinas e insumos modernos, para assegurar maiores rendimentos no processo produtivo (KAGEYAMA et al., 1996).

Na segunda situação, o conceito ultrapassa o patamar de configuração técnica e passa a considerar todo o contexto das mudanças ocasionadas nas relações sociais de produção, inclusive os efeitos na estrutura e no perfil agrário (MARTINE, 1991).

Assim, o novo *modus operandi* passa a sustentar outra lógica nas relações homem/natureza, em que o curso da apropriação dos bens ambientais é ritmado pela necessidade de crescimento da economia, principalmente da agroindústria. Consoante Kageyama et al. (1996, p. 114), esse panorama, inclusive sua progressão, evidenciou-se porque as múltiplas relações de interdependência entre agricultura e indústria não mais poderiam ser negligenciadas, já que a “subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se

fizerem necessárias”, tornara-se circunstância essencial para a instalação do agronegócio.

Matos e Pessôa (2011) asseveram que a participação estatal foi essencial para a imposição desse contexto agrário/agrícola; primeiro, por conceder financiamentos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, para investir em pesquisas científicas mediante a criação de instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) em 1971; segundo, por favorecer às grandes propriedades e grupos empresariais rurais, por meio de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pelo seguro agrícola e pelas *benesses* para a incorporação de novas áreas (via ocupação e valorização de terras públicas) produtivas nos Cerrados e na Amazônia. Para tanto, disponibilizou infraestrutura necessária à instalação do agronegócio mediante a construção de rodovias pavimentadas ou não, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e construção de armazéns para grãos.

Ademais, em consonância com Leal e França (2011), o SNCR, cujo principal agente era o Banco do Brasil, priorizava financiamentos de capital de giro a prazos relativamente longos, para possibilitar a capitalização e a inclusão de máquinas e insumos modernos em todos os estágios da produção. Todavia, enfatizam os autores que ao invés de consolidar o desenvolvimento rural, o SNCR promoveu desigualdades, haja vista a natureza seletiva para critérios de áreas e produtores. Além desses propósitos, esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, e não beneficiou o desenvolvimento da agricultura familiar.²

Silva (1998) manifestou que o SNCR foi fundamental para a implementação da modernização conservadora, em razão de definir as condições para canalizar compulsoriamente uma porcentagem dos depósitos à vista dos bancos, para usufruto dos agricultores, e os recursos que involuntariamente não puderam ser aplicados no campo, deveriam ser reservados a programas agroindustriais.

Em conformidade com citado autor, esse cenário possibilitou que a primeira metade da década de 1970 fosse marcada por taxas de crescimento do produto interno bruto superiores a 10% a.a., com índices de inflação em torno de 20% a.a., caracterizando o período conhecido como milagre econômico. De acordo com Brum (2009), nesse período ocorreu o maior fluxo de financiamentos

fortemente subsidiados pelo Governo Federal, o qual atingiu em torno de U\$ 20 bilhões, o que alavancou melhorias substanciais em todas as fases da cadeia produtiva de uma *commodity*, como aquisição de máquinas, implementos e insumos, formação da lavoura e custeio, colheita, armazenagem e comercialização.

Nos anos seguintes, instaurou-se um encadeamento de crises econômicas e restrições de crédito que incidiram diretamente no desenvolvimento do setor agropecuário. Para Lucena e Souza (2001), esse contexto decorreu do descontrole inflacionário e do aumento do *deficit* público, fatos agravados pelos choques do petróleo³ de 1973 e, notadamente, de 1979. Os autores mencionam, ainda, o abandono do lastro em ouro por dólar e os programas recessivos de ajuste impetrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de controlar o pagamento dos credores internacionais.

Conforme Kageyama et al. (1996, p. 161), essa configuração foi decisiva para os planos do Governo Federal, na medida em que:

Com a integração da agricultura ao mercado financeiro, o Estado passou a jogar um papel extremamente relevante na determinação das condições de operação do setor agrícola, uma vez que controla variáveis básicas que influenciam as expectativas dos produtores em relação à rentabilidade futura e, através da diferenciação das taxas de lucro esperadas, a própria composição do produto agrícola. Trata-se não apenas de variáveis diretamente relacionadas ao setor agrícola, tais como o montante do crédito agrícola e as condições de pagamento, preços mínimos, seguros agrícolas, assistência técnica e apoio à pesquisa; mas, através de sua política monetária, fiscal, cambial, enfim, de seu poder regulador sobre a economia, o Estado acaba definindo o cenário geral que juntamente com os instrumentos específicos, tem impacto sobre as decisões dos agentes envolvidos na produção agrícola.

Esse panorama impactou favoravelmente no aumento dos indicadores técnicos agropecuários, atestando crescimento da produção e sua diversificação, o que manifestou que os anos 1980 assinalaram um novo padrão de desenvolvimento, baseado na elevação dos rendimentos físicos (produtividade da terra), pelo qual o valor dos produtos era maior que o valor da terra.

Por outro lado, possibilitou ao Estado e às classes dominantes reunificarem seus interesses políticos e econômicos através do poder de comando monetário/financeiro expansionista e da conservação das contradições sociais, sobretudo a especulação fundiária e a queda na renda dos trabalhadores rurais (SILVA, 1998).

Segundo Sauer (2008), a partir dos anos 1990 ocorreu uma intensa diminuição ou quase extinção dos financiamentos oriundos do crédito subsidiado, em razão da crise fiscal do Estado, que se viu obrigado a desregulamentar o câmbio e controlar ou ajustar os gastos públicos, o que demandou maior abertura comercial para entrada de capitais externos, principalmente do setor financeiro. Sauer enfatiza que essa situação intensificou a internacionalização dos produtos agropecuários, via configuração expressiva do agronegócio.

Sobre essa fase, Ramos (2007, p.166, grifo nosso) explicita que:

Muito embora a política agroindustrial tenha deixado de existir sob o aspecto de intervenção e regulação direta por parte do Estado, a década de 1990 e o período imediatamente posterior ficaram conhecidos como uma fase de grande crescimento da agropecuária e também dos produtos processados de base agrícola. A explicação para esse fenômeno é dupla: por um lado, o Brasil parece ter aproveitado algumas boas oportunidades surgidas no mercado internacional, como as crises de contaminação de produtos, a epidemia da *síndrome da vaca louca* (**episódio que abalou a indústria de carne bovina na Europa e, em menor grau, nos Estados Unidos**) e da *gripe de aves* (**ou *influenza aviária* que atingiu negativamente o agronegócio de aves na Ásia e em menor grau no leste europeu**) e, por outro lado, houve uma reestruturação industrial pesada em alguns setores, movimento esse decorrente da entrada de novos capitais e de um estreitamento das relações (técnicas e financeiras) com os setores a jusante da distribuição.

Entretanto, Heredia, Palmeira e Leite (2010) salientam que a maior participação das *commodities* agrícolas e agroindustrializadas nas exportações levou à massificação conceitual de agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* nos meios empresariais e políticos (demonstrada nas ações da Frente Parlamentar da Agropecuária ou Bancada Ruralista), na imprensa e, especialmente, em associações de produtores, como a Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), que atua na busca de apoio governamental, por meio de *lobby*, a fim de melhorar os setores que integram os distintos agronegócios no País.

Tais reivindicações são contestadas por grupos ou classes sociais contrárias ao agronegócio, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga Campesina, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), alguns partidos políticos, sindicatos e intelectuais que criticam o fato de que, como consequência da orientação neoliberal, o governo favorece substancialmente ao agronegócio (FORTES, 2009).

Assim, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010), a retórica de interesses daqueles que

defendem a competitividade e a modernização do agronegócio gira em torno de políticas macroeconômicas direcionadas a uma maior participação no mercado global de alimentos. Para tanto, eles advogam intervenção cambial, renegociação de dívidas junto aos bancos, concessão de novos empréstimos a juros e prazos compatíveis, medidas *antidumping*⁴ (para garantir a comercialização e os preços das *commodities* no mercado externo) e isenção tributária.

Bernardes (2009) acrescenta que essas demandas não só colocam o agronegócio como protagonista do projeto neoliberal assumido pelo governo, como atenuam as disparidades sociais no espaço rural, haja vista evidenciar um ambiente dualista cujos atores são definidos por meio de um “moderno” que se constrói e um “tradicional” que resiste às novas configurações da dinâmica agrária/agrícola.

Notadamente, sublinha-se que a instalação e a consolidação do agronegócio no Brasil contribuíram para a materialização de um quadro de sofisticação técnica e sua difusão, que passou a dominar a paisagem rural e que exigiu crescimento da produção, mas que não contemplou a pequena propriedade, de modo que, no lado oposto às políticas públicas de desenvolvimento do campo, a agricultura familiar não acompanhou o novo *modus operandi* e a nova lógica produtiva, devido a apresentar profundos descompassos no funcionamento e organização, sobretudo nas relações sociais de trabalho, na posse e uso do patrimônio natural e nas relações com o mercado.

Assim, para Carvalho (2013), os efeitos mais perversos da hegemonia do agronegócio no Brasil são marcados pela dominação de grandes *tradings* do setor de insumos químicos, agroindustrializados e de comercialização dos processados, cuja exploração dos trabalhadores, degradação do meio ambiente e desnacionalização da estrutura agrária qualificariam sua natureza política e econômica. Por esses aspectos, não estranha que 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol pertençam a apenas três grupos empresariais, Bunge Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A e *Royal Dutch Shell*.

Com base nesse panorama, ressalta-se que o agronegócio foi financiado pela política governamental, como créditos subsidiados, infraestrutura (operacional, técnica e logística), regulação econômica e facilidade para a ocupação da terra. Dessa maneira, promoveu-se a

competitividade nos mercados internacionais, como meio para assegurar saldos na balança comercial, visando manter estáveis as dívidas com credores externos. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a agricultura brasileira transformou-se, recentemente, em um relevante setor de especialização dos negócios, comandada pela integração de capitais e estruturada pela política estatal.

4 Conclusão

O agronegócio se originou na segunda metade do século XX, quando as concepções sobre *agribusiness* e *filière* estabeleceram a integração entre agricultura/indústria/mercado, com fins de verticalizar a produção e comercialização das *commodities* agropecuárias. Especificamente no Brasil, o processo de construção e expansão do agronegócio foi fundamental para a modernização conservadora do campo, a qual internalizou o uso de insumos químicos e tecnologia. Para tanto, o Governo Federal, por meio de disponibilidade de terra, crédito subsidiado, infraestrutura, assistência técnica, além de ações como intervenção cambial, controle da inflação e abertura de novos mercados, favoreceu às multinacionais do setor agroindustrial.

Por conseguinte, realça-se que as alterações nas áreas de cultivo, colheita, processamento, transporte, armazenamento e comercialização referem-se diretamente à reprodução ampliada do capital, protagonizada pela abertura comercial, entrada de empresas multinacionais, medidas econômicas e jurídicas, (para atrair investimentos estrangeiros), redução de restrições alfandegárias e desvalorização progressiva da renda salarial dos trabalhadores.

Portanto, compreende-se, por um lado, que o agronegócio reúne aspectos internos e externos à produção de exportáveis de origem rural, que se organizam em um conjunto de instrumentos de natureza institucional, cuja dinâmica é comandada pelo capital financeiro internacional; e, por outro lado, que o agronegócio configura-se em um projeto político/ideológico do Estado e de um pequeno grupo de capitalistas, validado pela defesa da manutenção da grande lavoura capitalista, que fundamenta suas práticas na racionalidade da agricultura científica. Logo, pelo seu caráter, o agronegócio reclama o controle dos mercados e a apropriação e o domínio dos territórios, que inclui os bens ambientais e os sujeitos.

Notas:

⁽¹⁾ Sauer (2008) constatou que o termo aparato designa não somente a técnica (aparelhos e máquinas), mas as instituições, os dispositivos e organizações que determinam os padrões de funcionamento da racionalidade produtiva.

⁽²⁾ Historicamente, o conceito de agricultor familiar, particularmente, no Brasil, apresenta distintas opiniões, como a de Lamarche (1997), a qual concebe a agricultura familiar uma unidade de produção agrícola onde a propriedade fundiária e o trabalho estão intimamente relacionados, com o fim último de garantir o sustento da família, por meio da produtividade da terra.

⁽³⁾ Para Greene, Jones e Leiby (1998), o primeiro choque foi resultante da elevação do preço internacional do barril do petróleo, de US\$ 2,90, em outubro de 1973, para US\$ 11,65, em janeiro de 1974, realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), como represália aos Estados Unidos e países europeus, por apoiarem Israel na Guerra de Yom Kippur (dia do perdão) contra Egito e Síria, o qual afetou gravemente a regularidade econômica do mundo capitalista, devido gerar um *deficit* nas contas externas das principais potências hegemônicas que não produziam o mineral. No segundo, em 1979, o custo de US\$ 40 do barril foi motivado pela paralisação da produção, sobretudo no Irã, cujas causas foram motivadas pela Revolução Islâmica, liderada pelo aiatolá Khomeini.

⁽⁴⁾ Segundo Brum (2009), o *dumping* consiste na prática de vender produtos a preços muito inferiores aos custos, com o objetivo de eliminar a concorrência e conquistar novos mercados. O *antidumping* é uma medida para coibir tal prática, através da adoção de tarifas especiais ou sobretaxas de importação autorizadas pela Organização Mundial do Comércio.

Referências

- BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). *A territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009. p. 13-40.
- BOLAND, M. A.; AKRIDGE, J. T. Undergraduate agribusiness programs: focus or falter? *Review of Agricultural Economics*, v. 26, n. 4, p. 564-578, 2004.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Diretrizes estratégicas do fundo setorial de agronegócio*. Brasília: MCT, 2002.
- BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 26. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BRUNO, R. Tempo do agronegócio no Brasil: agronegócio, palavra política. In BRUNO, R. et al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009. p. 113-129.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e desnacionalização do agrário no Brasil. *Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, pub. esp., p. 31-44, jul. 2013.
- FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, v. 28, n. 1, p. 23-28, 2001.
- FORTES, A. In search of a Post-Neoliberal paradigm: the Brazilian left and Lula's government. *International Labor and Working Class History*, n. 75, p. 109-125, 2009.
- GREENE, D.; JONES, D. W.; LEIBY, P. N. The outlook for US oil dependence. *Energy Policy*, v. 26, n. 1, p. 55-69, 1998.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e

economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996. p. 113-123.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. Modernização e reestruturação da produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, n. esp., p. 1-15, jul./dez. 2011.

LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. *Análise Econômica*, Porto Alegre, a. 19, n. 35, p. 55-72, mar. 2001.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo UFRJ*, Rio de Janeiro, a. 13, v. 2, n. 22, p. 290-322, ago./dez., 2011.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007, p. 18-52.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dimensão sociopolítica do campo brasileiro*. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 3, 2008.

SILVA, J. F. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A modernização da agricultura: projeto político e escolhas da sociedade. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996, p. 263-271.

ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de governança e coordenação de sistemas agroindustriais: uma aplicação da nova economia das instituições*. 1995. 241 f. Tese (Livre Docência) - Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

*** Professor do Departamento de Formação de Professores e Letras do IFPI/Campus Teresina Central e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede Prodema.**

**** Profa. Dra. do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e coordenadora do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFPI).**

***** Prof. Dr. do Departamento de Planejamento e Política Agrícola da UFPI e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI.**